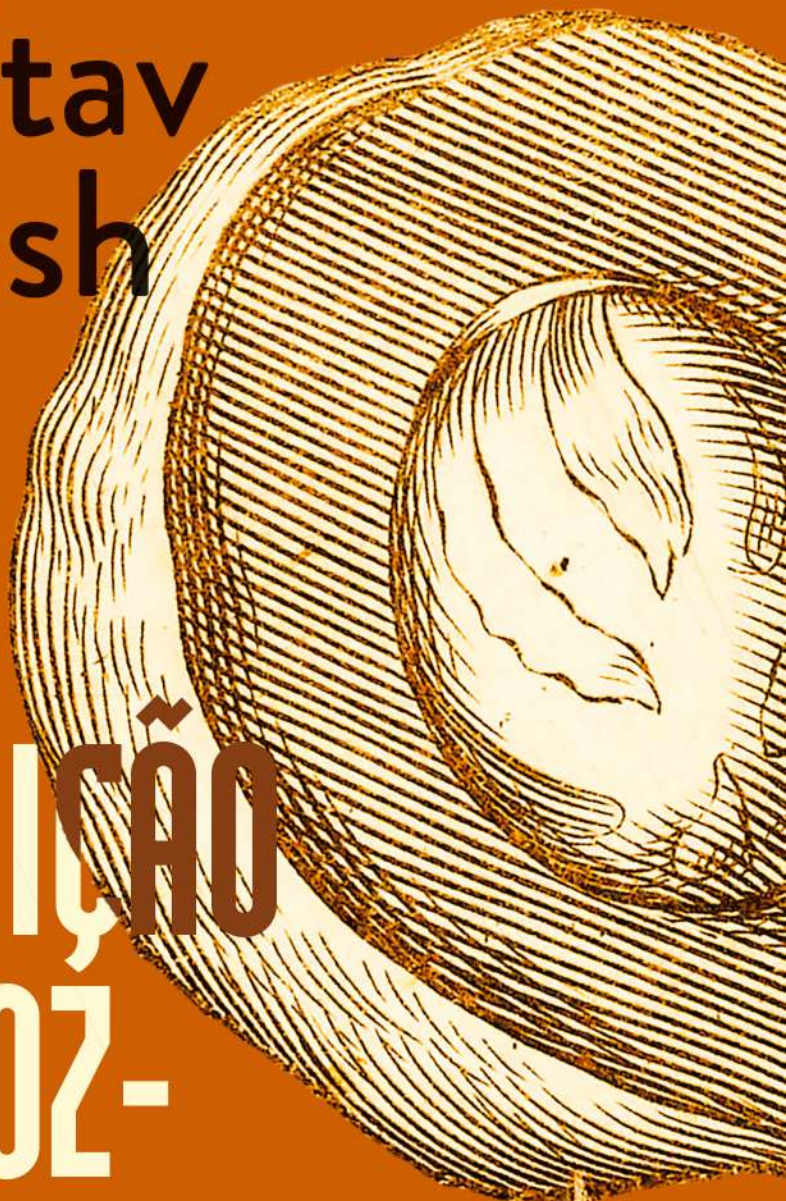


Amitav
Ghosh

A
MALDIÇÃO
DA NOZ-
-MOSCADA

Parábolas para
um planeta em crise

ELSINORE



ÍNDICE

15

1. Cai uma Candeia

31

2. «Queimar-lhes as Casas»

41

3. «Os Frutos da Moscadeira Morreram»

59

4. Terraformação

75

5. «Em breve Morreremos»

87

6. As Amarras da Terra

101

7. Gaia Prodigiosa

117

8. Florestas Fossilizadas

123

9. Pontos de Estrangulamento

141

10. O Pai de Todas as Coisas

155

11. Vulnerabilidades

169

12. Uma Confusão de Números

187

13. Guerra sob Pseudónimo

197

14. «O Divino Anjo do Descontentamento»

209

15. Criaturas em Bruto

235

16. «A Queda do Céu»

249

17. Utopias

269

18. Uma Política Vitalista

281

19. Forças Ocultas

—

295

Agradecimentos

297

Notas

339

Lista de imagens

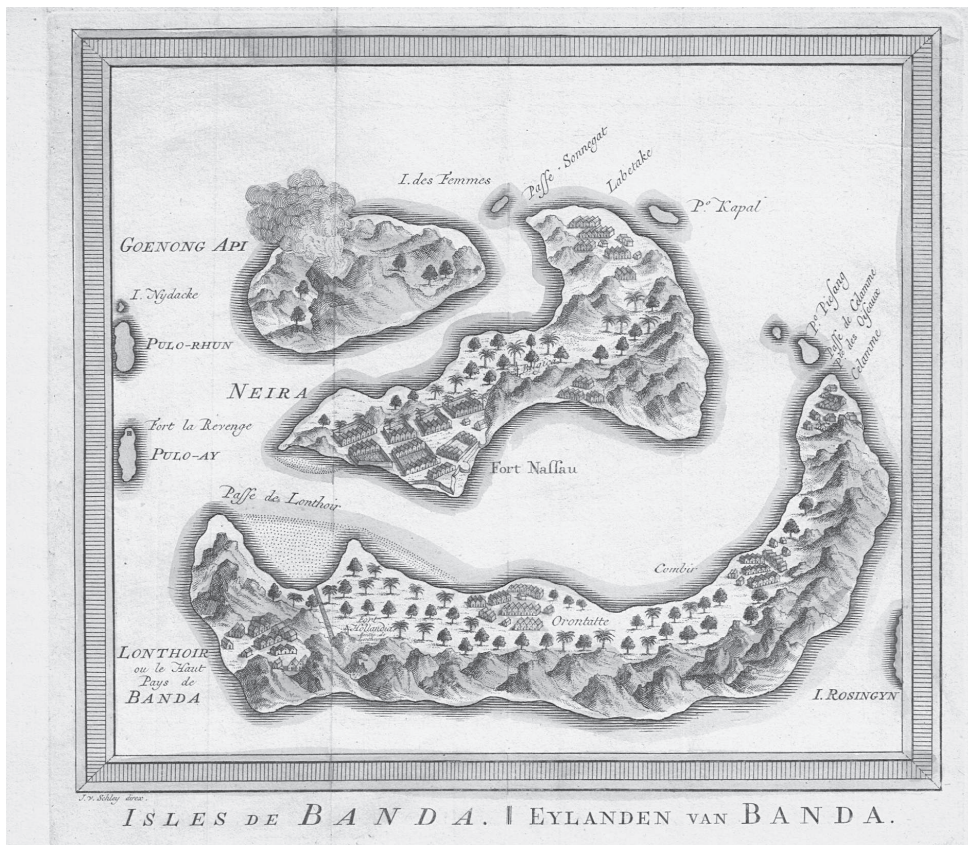
341

Bibliografia

371

Índice Remissivo

—



Nicolas Bellin, As ilhas Banda (c. 1749–1755), gravação em lâmina de cobre.

1

CAI UMA CANDEIA

A té hoje, não se sabe exatamente o que aconteceu em Selamon naquela noite de abril de 1621, exceto que o oficial holandês Martijn Sonck estava aboletado no edifício e uma candeia caiu ao chão.

Selamon é uma aldeia nas ilhas Banda, um minúsculo arquipélago no extremo sudeste do oceano Índico.¹ A povoação fica no lado norte da ilha Lontor, também chamada Grande Banda (Banda Besar) por ser a maior do arquipélago.² «Grande» será um epíteto talvez exagerado para designar uma ilha com quatro quilômetros de comprimento e menos de um quilômetro de largura, mas o certo é que a sua dimensão não é de todo insignificante num arquipélago tão minúsculo, que, na maioria dos mapas, é assinalado com pontos.³

É lá que se encontra Martijn Sonck no dia 21 de abril de 1621, a meio mundo de distância da sua terra natal, na *bale-bale* de Selamon, onde têm lugar as reuniões dos aldeãos, e que ele requisitou para servir de quartelamento a si e aos seus conselheiros.⁴ Sonck também ocupou a mesquita mais venerada, uma «bela instituição» de pedra branca cujo interior é um espaço arejado e vazio — há apenas duas grandes urnas de água à entrada, para os fiéis lavarem os pés. Os anciãos mostraram-se desagradados com a ocupação da sua mesquita, mas Sonck calou-lhes bruscamente os protestos declarando que não lhes faltam lugares para o culto religioso.

A sua atitude está em linha com tudo o que fez no curto espaço de tempo decorrido desde que chegou a Lontor. Requisitou as melhores casas para as suas tropas e espalhou soldados pela área, o que aterrorizou os habitantes. Mas essas medidas não passam de

preliminares: Sonck tem ordens para destruir a aldeia e expulsar os habitantes daquela idílica ilha de florestas viçosas rodeada por um cintilante mar azul.

É um plano tão brutal que os aldeãos podem ainda não ter inteira noção do que está para acontecer, embora o holandês não tenha feito segredo das suas intenções: pelo contrário, deixou bem claro que espera total cooperação dos anciãos na destruição da povoação e expulsão da sua gente.

Sonck não é o primeiro oficial holandês a trazer esta mensagem a Selamon. Os ilhéus, bem como os seus irmãos bandaneses, já foram sujeitos a várias semanas de ameaças e demonstrações de força, invariavelmente acompanhadas pelas mesmas exigências: as fortificações das aldeias deverão ser derrubadas e todas as armas e utensílios, entregues, incluindo os lemes dos barcos, e deverão preparar-se para deixar a ilha a qualquer momento. São exigências tão extremas e impensáveis que os naturais de Selamon já se terão perguntado certamente se os holandeses estarão no seu perfeito juízo. Por sua vez, Sonck tratou de lhes fazer saber que fala a sério; a paciência do seu comandante — o governador-geral — esgotou-se. Os ilhéus de Selamon deverão obedecer às suas ordens palavra por palavra.

Qual a sensação de se estar frente a frente com alguém que explicitou não só ter o poder de destruir o nosso mundo, mas também a plena intenção de fazer isso mesmo?

Há um par de décadas que os naturais de Selamon e os seus irmãos bandaneses vêm resistindo como podem aos holandeses; ocasionalmente, chegaram a conseguir expulsar os europeus. Porém, ainda não se tinham confrontado com uma força tão numerosa e bem armada como a que acompanha Sonck. Vendo-se em clara desvantagem, esforçaram-se por apaziguar o oficial holandês; alguns fugiram para as florestas que rodeiam as aldeias, mas muitos ficaram, talvez na esperança de que haja um engano e os holandeses acabem por se retirar, restando-lhes aguardar que isso aconteça.

Os que ficaram — maioritariamente mulheres e crianças — têm tido o cuidado de não dar pretexto algum aos holandeses para recorrerem à violência. Mas Sonck tem uma missão a cumprir e, faltando-lhe as competências que se esperariam de alguém na sua posição — não é um militar, a sua área é a cobrança de receitas —, é provável que o assalto o medo de se revelar incompetente. Apercebe-se da raiva latente na passividade dos ilhéus e talvez deseje que eles lhe deem uma desculpa — um pretexto — para fazer o que tem de fazer.

Na noite de 21 de abril, quando, acompanhado pelos seus conselheiros, o oficial se retira para a casa de reunião de Selamon que requisitou para lhes servir de aquartelamento, a sua disposição é volátil. Paira uma tensão tão grande que o silêncio parece augurar um terramoto ou uma erupção vulcânica.

Em semelhante contexto, talvez ninguém na disposição de Sonck conseguisse tomar a queda de um objeto por percalço sem gravidade, lendo forçosamente algo assim como presságio de alguma intenção sinistra. Por isso, quando a candeia cai ao chão, Sonck conclui de imediato que se trata de um sinal para o ataque surpresa de que ele e os seus soldados serão vítimas dali a instantes. Ato contínuo, ele e os conselheiros, em pânico, agarram nas armas e começam a disparar às cegas.

Está uma noite escura como «apenas as noites sem luar nas Índias podem ser». Nessas condições — não se vê nada —, facilmente se imagina a presença de um exército pronto a atacar que na realidade não está ali. Disparando sem dó nem piedade contra o inimigo, Sonck e os conselheiros assustam inclusivamente os seus guardas, que não deram por indícios de um ataque iminente.

As ilhas Banda encontram-se sobre uma das falhas onde a Terra se revela mais palpavelmente viva: as ilhas e o vulcão são parte da descendência do Anel de Fogo, que se estende entre o Chile, a nascente, e a orla do Índico, a oeste. O arquipélago é dominado por um vulcão ainda ativo, o Gunung Api («Montanha de Fogo»), de cume

perpetuamente engrinaldado de colunas de nuvens remoinhantes e incessantes jatos de vapor.

O Gunung Api é um de incontáveis vulcões nessa faixa de oceano e as águas circundantes estão salpicadas de belíssimas montanhas cónicas que se erguem majestosamente das ondas, tendo algumas mil metros de altitude, senão mais. Diz-se inclusivamente que o nome da região, *Maluku* (que originou o topónimo Molucas), deriva de *Molòko*, que significa «montanha» ou «ilha montanha»⁵.

As ilhas montanhosas das Molucas são palco frequente de erupções de uma força devastadora, que trazem a destruição e a desgraça aos que vivem em volta. Por outro lado, essas erupções têm uma magia talvez aparentada com as dores de parto: trazem à superfície uma alquimia de elementos que interage com os ventos e o clima da região, e faz surgir florestas densas de maravilhas e coisas raras.

No caso das ilhas Banda, a dádiva do Gunung Api foi uma espécie que floresceu neste arquipélago minúsculo como em nenhum outro lugar: a árvore que dá a noz-moscada e o macis.

Mas árvores e fruto revelaram temperamentos quase opostos: se as moscadeiras gostam do conforto do lar e não se aventuraram fora do seu arquipélago natal até ao século XVIII, a noz-moscada e o macis tornaram-se viajantes incansáveis, sendo a sua rota fácil de traçar pela simples razão de que, antes do século XVIII, cada noz-moscada e cada fibra de macis à face da Terra eram provenientes das ilhas Banda ou das proximidades. Daí decorre que qualquer referência a noz-moscada ou macis anterior a 1700 estabelece automaticamente uma ligação com as ilhas Banda, não importando a origem do texto. Nos escritos chineses, tais menções recuam ao século I antes da Era Comum [AEC]. Nos escritos em latim, a primeira menção à noz-moscada surge um século depois.⁶ Todavia, é provável que a noz-moscada tenha chegado à Europa e à China muito antes de os escritores se lembrarem de a mencionar — é, sem dúvida, o caso da Índia, onde foi encontrada uma noz-moscada carbonizada num sítio arqueológico anterior a 400–300 AEC. A primeira menção escrita com data fiável (não à noz-moscada, mas ao macis) surge dois ou três séculos mais tarde.⁷

Uma coisa é certa: a noz-moscada viajou milhares de milhas marítimas muito antes de os primeiros europeus chegarem às Molucas.⁸ Seriam finalmente essas viagens a atrair os navegadores europeus à região, numa altura em que a noz-moscada e outros produtos vegetais com a mesma origem já tinham feito o percurso inverso havia muito, muito tempo.⁹

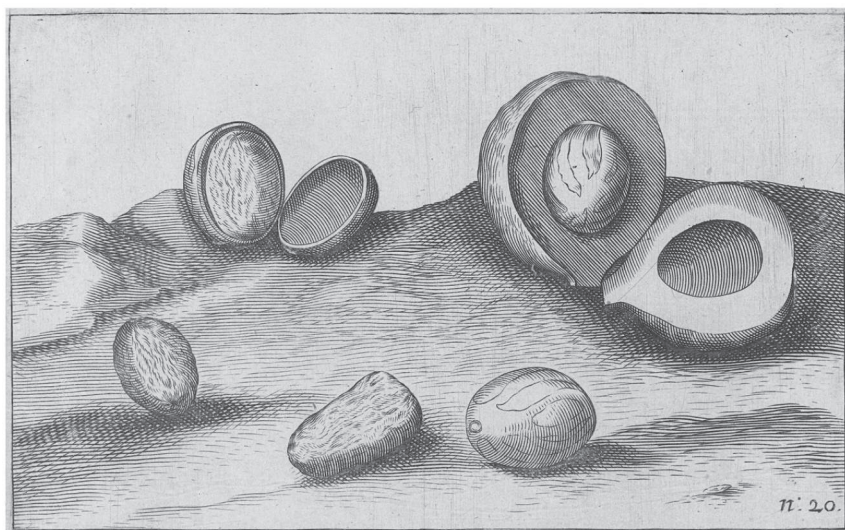
Ao viajarem pelo mundo conhecido, a noz-moscada, o macis e outras especiarias fizeram nascer rotas de comércio que atravessaram o oceano Índico e entraram por África e pela Eurásia.¹⁰ Os nós e caminhos dessas rotas, bem como os intervenientes em toda essa atividade, foram mudando radicalmente, ao sabor dos impérios ora erguidos, ora em ruínas, mas a rota da noz-moscada manteve-se notavelmente constante durante mais de um milénio, variando apenas a quantidade e o preço conforme aumentava a procura.

Além do uso culinário, a noz-moscada, o cravo-da-índia, a pimenta e restantes especiarias eram desejados pelas suas propriedades medicinais.¹¹ No século XVI, o preço da noz-moscada disparou quando os médicos ingleses do período isabelino entenderam que podia ser usada para curar a peste que então varria a Eurásia em epidemias sucessivas.¹² No final da Idade Média, a noz-moscada tornou-se tão valiosa na Europa que uma mão-cheia pagava uma casa ou um navio.¹³ Nessa época, as especiarias atingiram preços astronómicos, que refletiam bem mais do que os usos práticos de cada uma. Elevadas à categoria de fetiches, passaram a representar-se a si mesmas em estado absoluto: eram cobiçadas enquanto símbolos de luxo e estatuto, correspondendo na perfeição à ideia de Adam Smith de que a riqueza é «desejada não pelo conforto que permite comprar, mas por ser desejada por outros»¹⁴.

Antes do século XVI, a noz-moscada chegava à Europa mudando de mãos em vários pontos do percurso. Numa fase tardia, chegou a passar pelo Egito, ou pelo Levante, rumo a Veneza, que, nos séculos que precederam as viagens de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama, assegurava o monopólio do comércio de especiarias na Europa.¹⁵ De resto, Cristóvão Colombo era natural de Génova, que havia muito

olhava com rancor o monopólio da rota comercial oriental detido pela sua arquirrival, a Sereníssima República de Veneza. Se os primeiros navegadores europeus encetaram as viagens que os levariam a descobrir as Américas e o oceano Índico, foi precisamente para romper com o monopólio veneziano.¹⁶ Moviam-nos vários objetivos, sendo um dos mais importantes encontrar as ilhas de onde a noz-moscada era originária. Havia muito em jogo, tanto para os navegadores como para os monarcas que financiaram essas empreitadas – aliás, já se disse que a corrida às especiarias foi a corrida espacial da época.¹⁷

Não admira que a moscadeira tenha feito holandeses como Sonck atravessar meio mundo para chegar a Lontor.



«A noz-moscada das ilhas Banda» (1619),
gravura de autor desconhecido, Rijksmuseum. Wikimedia Commons.

Extrair a semente da noz-moscada é um pouco como descobrir um planeta minúsculo.

À semelhança de um planeta, também a semente da noz-moscada está envolta em camadas esféricas sobrepostas. À superfície, há a casca castanho-mate do fruto: a exosfera. Segue-se a polpa aromática e de cor suave, que se adensa ao aproximar-se do caroço: a mesosfera. Removida a polpa, temos uma bola envolta no que poderia ser uma estratosfera de nuvens carmesins com a configuração de labaredas; esse invólucro fragrante é o macis. Removendo-o, encontramos mais um invólucro: uma lustrosa carapaça sulcada, da cor do chocolate, que protege a noz como uma troposfera. Ao partirmos essa casca, surge finalmente a noz de superfície turvada por continentes castanho-mates dispersos num mar branco-marfim.

Abrindo a noz, temos algo de semelhante a uma estrutura geológica, formada por uma singular mistura de substâncias que resulta no aroma e nos efeitos psicotrópicos que são afinal os superpoderes da noz-moscada.

Como um planeta, também a noz-moscada não se deixa ver inteiramente de uma única vez. À semelhança da Lua ou de qualquer corpo esférico ou quase esférico, também a noz-moscada tem dois hemisférios. Para que um surja iluminado, o outro tem de permanecer na sombra — para que um seja visto pelo olhar humano, o outro tem de estar escondido.

A ilha Lontor tem a forma de um bumerangue e é contígua a duas outras ilhas: Gunung Api e Banda Neira, uma ilhota minúscula onde já em 1621 os holandeses tinham erguido dois imponentes fortes. Restos de um vulcão que explodiu, as três ilhas agrupam-se em torno da cratera hoje submersa.¹⁸ Entre elas estende-se uma faixa de águas abrigadas suficientemente profunda para acomodar navios. É aí que, na noite de 21 de abril, está ancorada a frota que trouxe Martijn Sonck às ilhas Banda.

Em noites silenciosas, o som propaga-se com especial nitidez por essa extensão de água. Por isso, o frenesim dos disparos de

mosquete em Lontor é ouvido no navio almirante, o *Nieuw-Hollandia*. A bordo, está o comandante que trouxe a frota até às ilhas Banda: o governador-geral Jan Pieterszoon Coen.

Contabilista de profissão, Coen tem 33 anos e há três que é governador-geral das Índias Orientais. Homem invulgarmente enérgico, competente e determinado, subiu na hierarquia da Companhia das Índias Orientais holandesa com o ímpeto de um jorro de cinza vulcânica. Pelas costas, chamam-lhe De Schraale («O Carcaça»). Coen é impiedoso, direto e pouco amigo de estar com rodeios.¹⁹ Chegou a escrever, numa carta aos Dezassete Cavalheiros que presidiam à Companhia: «Quem tem o poder tem direito a tudo.»²⁰

Coen é o mais poderoso procônsul da mais poderosa companhia comercial do mundo e já conhecia as ilhas Banda antes de se lançar na presente empreitada.²¹ Há doze anos, integrou a força holandesa que esteve no arquipélago para negociar um tratado com os bandaneses.²² Durante as negociações, parte da força sofreu uma emboscada nas praias de Banda Neira e 46 holandeses, incluindo o oficial que os liderava, foram chacinados pelos bandaneses.²³ Coen conta-se entre os que conseguiram escapar vivos, mas a recordação do episódio moldou a sua visão da segunda vinda às ilhas Banda.²⁴

Desde que os primeiros navios holandeses atracaram ao largo do arquipélago que a Venerável Companhia das Índias Orientais – *Vereinigde Oostindische Compagnie*, ou VOC – vem tentando impor um regime de monopólio comercial aos bandaneses,²⁵ que tarda em concretizar porque o conceito de monopólio, comum na Europa, jamais figurou na tradição comercial do oceano Índico.²⁶ Nestas águas, os *entrepôts* e as nações marítimas sempre competiram para atrair mercadores estrangeiros. Foi nesse espírito que, em 1512, os bandaneses receberam os primeiros europeus que visitaram o arquipélago: um reduzido contingente português que incluía Fernão de Magalhães. Decorrido mais de um século, aprenderam a duras penas que, independentemente da nacionalidade, os europeus desembarcam nas suas praias sempre com o mesmo objetivo: conseguir um tratado que lhes garanta a exclusividade da noz-moscada e do macis.²⁷

Mas essa é uma pretensão que os bandaneses nunca poderão satisfazer. Ser-lhes-ia impossível recusar as trocas comerciais que sempre fizeram com outros parceiros negociais — uns mais próximos, outros mais afastados. Dependem dos vizinhos, que lhes garantem a comida e outras coisas.²⁸ Além disso, os bandaneses são comerciantes hábeis e vários estreitaram relações comerciais com outras comunidades mercantis do oceano Índico; dificilmente iriam agora mandar os amigos embora de mãos vazias.²⁹ Mesmo numa perspectiva puramente comercial, isso não faria sentido, porque, em regra, os europeus pagam menos pela mercadoria do que os compradores asiáticos. E, tal como a maioria dos asiáticos, os bandaneses têm pouco interesse na mercadoria que os europeus trazem para trocar — que falta lhes fazem as lãs, por exemplo, se vivem num clima quente?³⁰

Seria mais fácil para os holandeses se os bandaneses obedecessem a um chefe todo-poderoso, um sultão que pudesse ser forçado a submeter-se, como aconteceu noutras ilhas das Molucas.³¹ Acontece que não há um chefe supremo das ilhas Banda que os europeus possam ameaçar e intimidar para que ele ordene aos súbditos que atendam às exigências dos estrangeiros.³² «Não têm rei nem senhor», foi a conclusão dos primeiros navegadores portugueses que visitaram o arquipélago, «e decidem tudo com base nos conselhos dos anciãos, que muitas vezes entram em desacordo, o que faz com que ninguém se entenda.»³³

Não é bem assim, claro. Os bandaneses têm uma aristocracia, bem como abastadas famílias de mercadores com muitos serviços. É uma sociedade combativa, distribuída por povoações fortificadas, e as batalhas campais não são ocorrência rara.³⁴ Não obstante, ainda não houve uma povoação ou família capaz de subjugar o arquipélago; há, nos bandaneses, uma espécie de aversão atávica a uma chefia centralizada e unitária.

Reza a lenda que o arquipélago foi outrora governado por quatro reis.³⁵ Porém, quando os primeiros navios holandeses chegaram, a chefia das ilhas reduzia-se a umas poucas dúzias de anciãos

e *orang-kaya*, termo que se traduz literalmente por «homens ricos».³⁶ Alguns desses anciãos — os *Shahbandar* — ocupam-se da capitania do porto, mas nem eles nem os *orang-kaya* têm autoridade política para impor um tratado comercial ao arquipélago, por minúsculo que seja.³⁷

Ainda assim, há mais de cem anos que os europeus — primeiro os portugueses e os espanhóis, agora os holandeses — vêm insistindo no objetivo de monopolizar o que de mais precioso se produz nas ilhas Banda: a noz-moscada e o macis.³⁸ Os mais implacáveis são os holandeses, cujas frotas vêm desembarcando sucessivamente no arquipélago com o objetivo de forçar os bandaneses a um acordo.³⁹ Os ilhéus têm resistido como podem e já por várias vezes aceitaram a ajuda de outros europeus.⁴⁰ Mas o facto é que, em clara desvantagem numérica — ao todo, não serão mais de 15 mil —, os bandaneses nada podem contra a mais poderosa armada do mundo.⁴¹ Por isso, ainda que relutantes, os anciãos já assinaram vários tratados, ocasionalmente sem saberem o que os documentos (redigidos em holandês) diziam.⁴² Pela calada, mantiveram as transações com outros mercadores, além de, sempre que possível, recorrerem às armas para resistir — como foi o caso em 1609, quando armaram uma emboscada à expedição holandesa que incluía Jan Pieterszoon Coen, o futuro governador-geral.⁴³

No rescaldo da chacina, Coen convenceu-se — como já acontecera com alguns dos seus predecessores — de que *die Bandaneezen* são incorrigíveis e que a questão das ilhas Banda exige uma solução final: o arquipélago terá de ser esvaziado de habitantes. Sem isso, a VOC não terá o monopólio comercial da noz-moscada e do macis. Eliminada a presença bandanesa, serão trazidos colonos e escravos, e criar-se-á uma nova economia no arquipélago. Todo esse processo será uma novidade para os holandeses, que normalmente se concentram no aspeto comercial e evitam as aquisições territoriais.⁴⁴ Porém, neste caso, sendo o comércio da noz-moscada indissociável das ilhas Banda, não há outra solução.⁴⁵ De resto, quanto mais cedo for feito, melhor: os ingleses, que vêm mordendo os calcanhares dos holandeses desde as Américas, conseguiram recentemente assegurar

uma posição no arquipélago, na minúscula ilha Run,⁴⁶ e Coen está determinado a impedir que expandam a presença nas ilhas Banda.

Numa carta enviada aos diretores da VOC, o governador-geral escreveu: «Sou da opinião de que devemos expulsar os bandaneses até ao último.» Ora, é com esse exato propósito que agora se encontra no arquipélago.⁴⁷ Para que tudo decorra com máxima eficiência, juntou às suas forças um contingente de 80 mercenários japoneses. Os samurais sem amo, ou *ronins*, são mais tenazes e saem mais barato do que os soldados europeus, mas, sobretudo, são exímios no manejo da espada, e a perícia nas artes da decapitação e do desmembramento torna-os carrascos infalíveis.⁴⁸

O mistério da candeia de Selamon alojou-se no meu pensamento e recusou ser esquecido, algo que talvez não tivesse acontecido não fosse uma estranha interseção ocorrida entre os desígnios humano e não humano.

Comecei a escrever este primeiro capítulo no início de março de 2020, altura em que uma entidade microscópica — um novo coronavírus — se tornava rapidamente a mais dominante, ameaçadora e inescapável presença no planeta. Quando as ruas de Brooklyn — onde resido — se esvaziaram de trânsito e de gente, deu-se um bizarro deslocamento: ao ler as notas que fizera aquando da minha visita às ilhas Banda em novembro de 2016, por vezes, tinha a estranha sensação de que regressara incorporeamente ao arquipélago.

Nessa viagem, ficara hospedado num hotel erguido por Des Alwi, que chegou a ser conhecido como o Rajá das ilhas Banda. Nascido numa das famílias mais importantes do arquipélago, Alwi, que morreu em 2010, é recordado por todos os que o conheceram como um homem invulgarmente carismático, uma dessas pessoas de quem se diz serem maiores do que a vida. Escritor e diplomata, criou uma fundação dedicada à preservação da herança cultural das ilhas. Além do restauro de vários edifícios coloniais em vias de ruir, a fundação imprimiu panfletos e editou alguns livros, entre eles uma introdução à história do arquipélago, escrita por Willard A. Hanna,

historiador americano amigo de Des Alwi. Esse livro — *Indonesian Banda: Colonialism and Its Aftermath in the Nutmeg Islands* — deu-me a conhecer a história da candeia que caiu ao chão em Selamon na noite de 21 de abril de 1621.

Não sendo mais do que um pormenor mencionado de passagem, o certo é que me obcecou. O que explica que um percalço tão simples e prosaico tenha gerado tamanho pânico no contingente de soldados holandeses chefiado por Sonck?

Na quietude daquelas noites em Brooklyn, quando apenas as sirenes das ambulâncias a alta velocidade interrompiam o silêncio, não me foi difícil compreender que um som repentino e inesperado nos pode fazer tomar consciência de presenças não humanas invisíveis que nos rodeiam e cuja intervenção no quotidiano tem o poder de mudar completamente o significado de ocorrências banais.

Moro relativamente perto de um dos maiores hospitais de Brooklyn. Naquela altura, a covid-19 estava a ceifar tantas vidas que os corpos das vítimas eram armazenados em camiões frigoríficos. Ao sair à rua, apercebia-me do medo que pairava, e isso fez-me sentir próximo dos aldeãos aterrorizados de Selamon, refugiados nas suas casas e a perguntar-se se aquela candeia que caíra seria presságio de coisas piores que estavam para acontecer.

Queria saber mais sobre aquela candeia caída ao chão. Mas como? A dificuldade de descobrir o que aconteceu num momento ocorrido há quatro séculos aumenta exponencialmente quando tudo aconteceu num lugar tão remoto e esquecido como o arquipélago de Banda. Poucos se dedicaram a escrever sobre aquelas ilhas, daí que os acontecimentos de 1621 — que, *grosso modo*, não constam da historiografia ou da etnografia da região⁴⁹ — permaneçam obscuros. Onde fora então Hanna descobrir esse pormenor? Passando o livro a pente fino, percebi que grande parte da informação viera da monografia *De Vestiging van het Nederlandsche Gezag over de Banda-Eilanden (1599-1621)* («A imposição da autoridade holandesa nas ilhas Banda»), de J. A. van der Chijs, publicada na antiga Batávia — hoje, Jacarta — em 1886.

Nessa fase do confinamento e à semelhança de incontáveis nova-iorquinos, sentia-me aturdido e procurava maneiras de me abstrair da situação. Nos meses anteriores, apanhado no frenesim da era antes da covid, viajara incessantemente, mas então, de um dia para o outro, tudo parou, e foi como se o ar me fugisse — como quando vamos na autoestrada e somos forçados a travar a fundo.

A minha mulher, Debbie — os seus leitores conhecem-na por Deborah Baker —, encontrava-se em Charlottesville, na Virgínia; aproveitara para passar uma temporada com a família enquanto fazia trabalho de pesquisa para um livro. Celebráramos o trigésimo aniversário de casamento em janeiro, e, na mesma altura, ela perdera a mãe, Barbara, que morreu com 90 anos. Quando isso aconteceu, o pai da Debbie, então com 89, mergulhou numa espiral depressiva, daí ela sentir que devia passar lá uma temporada. Planeava juntar-me a ela, mas mudei de ideias quando as infeções por covid-19 dispararam em Nova Iorque — a possibilidade de ser portador do vírus fez-me sentir que seria irresponsável viajar. Por outro lado, no desnorte em que vivíamos, preferi não me ausentar de Brooklyn, zona que conheço bem e onde vivem o meu filho e a minha filha. E foi assim que uma inesperada conjugação de circunstâncias ditou que ficasse por minha conta e passasse ainda mais horas do que o habitual a trabalhar no escritório.

Não fosse a estranheza do confinamento, creio que não teria feito o que então fiz: procurei o PDF do livro de Van der Chijs na Internet — e, para minha surpresa, encontrei-o! Não sei o que me fez transferi-lo para o meu computador; não falo neerlandês. No ecrã à minha frente, tinha agora uma arca do tesouro carregada de segredos, mas não podia senão admirá-la, como faria tratando-se de petróglifos ou runas gravadas numa pedra.

Um dia, enquanto esperava pelas sete da tarde para me juntar ao ritual diário de agradecimento aos paramédicos nova-iorquinos — aplausos, gritos de encorajamento e (no meu caso) barulho com painéis —, dei uma vista de olhos ao livro de Van der Chijs. Depressa encontrei palavras e nomes mais ou menos reconhecíveis

– «candeia», por exemplo, escreve-se da mesma maneira em neerlandês e inglês. Experimentei inserir uma frase num dos mais conhecidos motores de tradução automática e, de novo, para minha surpresa, deparei com uma frase que fazia sentido: «Por volta da meia-noite de 21 para 22 de abril [de 1621], uma candeia caiu ao chão no *bale-bale* onde Sonck e os seus conselheiros dormiam, um acontecimento banal [mas] que bastou para que se gerasse o pânico entre os europeus, que viam traição em tudo a toda a hora.»⁵⁰

Depois disto, já não podia parar. Esquecido das panelas e do ritual, comecei a transcrever frases em holandês no motor de tradução – e o sentido por vezes tão-só vislumbrado nos resultados amiúde truncados fazia-me continuar a sondar as profundezas do documento.

Depressa compreendi que tinha tido sorte com a primeira frase: várias passagens resultaram numa algaraviada incompreensível. Mas mesmo esses blocos de disparates tinham uma particularidade em comum: a maioria surgia entre aspas. Dir-se-ia serem precisamente essas passagens a confundir o motor de tradução, programado para o neerlandês atual.

Deduzi que grande parte do relato de Van der Chijs se compunha de trechos transcritos palavra por palavra de documentos do século XVII. Vim mais tarde a descobrir que Van der Chijs fora o *landsarchivaris* – o arquivista-chefe – da administração colonial holandesa em Batávia, o que lhe daria acesso direto a documentação relevante datada do século XVII, sendo decerto aí que colheu informação para o seu livro – em boa hora, porque muitos desses documentos entretanto desapareceram.⁵¹

Enquanto coçava repetidamente a cabeça perante as fiadas de disparates que o motor de tradução me devolvia, ocorreu-me que talvez a grafia de algumas palavras neerlandesas mais comuns tivesse mudado entre o século XVII e a atualidade – *hath* e *has*, por exemplo, são grafias da mesma palavra.

Tenho a sorte de conhecer Dirk Kolff, um dos grandes historiadores da presença holandesa na Ásia, conhecedor como ninguém dos arquivos holandeses do século XVII, sobretudo os referentes à VOC.

Escrevi-lhe a explicar o meu dilema e ele teve a bondade de me enviar uma lista de palavras cuja grafia mudara. Então, alterando as palavras do século XVII para a forma atual, comecei a obter resultados bem mais inteligíveis. Aquela lista era mágica.

No meu escritório, num antigo bairro de holandeses — Breukelen, assim se chamava então —, fui transcrevendo páginas inteiras do livro no motor de tradução, frases sucessivas, parágrafos atrás de parágrafos, ouvindo continuamente as sirenes das ambulâncias, que eram cada vez mais. Em breve fui visitado pela sensação de que duas entidades não humanas, a Internet e o coronavírus, uma e outra a operar à escala planetária, se tinham juntado para abrir uma passagem invisível por onde o espírito de um holandês falecido havia mais de um século me levaria às ilhas Banda na noite de 21 de abril de 1621.

Que relação pode haver entre a história de algo tão banal e insignificante como a noz-moscada e o século XXI?

Afinal, as ilhas Banda foram apenas um de inúmeros casos numa história de colonização que então se desenrolava a uma escala bem maior do outro lado da Terra, nomeadamente nas Américas. Facilmente se defenderia que a página foi virada e que o século XXI não apresenta semelhanças com essa época distante em que plantas e matéria vegetal decidiam o destino de seres humanos. É repetidamente afirmado que a era moderna emancipou a humanidade ao libertar-nos da dependência da Terra para entrarmos numa nova era do progresso em que os produtos feitos pelo homem relegaram os produtos naturais para segundo plano.

O problema é que nada disto é verdade.

O facto é que hoje somos *mais* dependentes da matéria vegetal do que há 300 anos (ou 500, ou mesmo há 5 mil anos), e não falo apenas do que comemos. Atualmente, a esmagadora maioria da humanidade vive na inteira dependência de energia resultante de carbono sepultado desde tempos imemoriais — o que são o carvão, o petróleo e o gás natural senão matéria vegetal fossilizada?

Falando de circulação de mercadorias, também nesse capítulo os combustíveis fósseis se destacam marcadamente de qualquer produto fabricado pelo homem. Citando dois especialistas em economia da energia, «na atualidade, a energia é a mercadoria mais valiosa. Sejam quais forem os parâmetros aplicados, o setor energético ganhou uma dimensão desmesurada. Com uma faturação anual global superior a 10 bilhões de dólares, ultrapassa de longe qualquer outro bem transacionável; 3 bilhões de dólares da faturação obtida com a venda e transporte de energia resultam de transações internacionais, possíveis graças a 2 milhões de quilômetros de oleodutos e gasodutos, e ao transporte marítimo que assegura a circulação de 500 milhões de toneladas de mercadoria; das dez maiores corporações à escala mundial, oito são empresas do setor energético; e um terço da frota marítima internacional é usado para transportar petróleo. Perante estes números, podemos dizer, sem surpresa, que o consumo mundial de energia equivale, em termos energéticos, a mais de 2800 barris de petróleo por segundo para matar a sede»⁵². Somando todas as mercadorias que viajaram por mar e por terra durante a Idade Média, possivelmente concluiríamos que os produtos manufaturados — as porcelanas e os têxteis, por exemplo — asseguravam uma fatia bem maior das trocas comerciais do que na atualidade.

Se pusermos de lado o mito moderno de que os humanos triunfais se libertaram da dependência material do planeta e reconhecermos que, na verdade, somos cada vez mais dependentes do que a Terra dá, o que os bandaneses viveram não nos parecerá assim tão distante da situação difícil que hoje enfrentamos. Pelo contrário, os paralelismos entre as duas situações são tão visíveis e gritantes que poderíamos inclusivamente olhar para o que aconteceu nas ilhas Banda como um modelo que se está a repetir na atualidade. Mas há um problema: não nos é possível contar essa história.

2

«QUEIMAR-LHES AS CASAS»

A frota que Jan Coen trouxe consigo é a mais numerosa que alguma vez chegou às ilhas Banda; são mais de 50 embarcações, incluindo 18 navios holandeses, e mais de 2 mil homens.¹ Embora o governador-geral tenha chegado ao arquipélago preparado para ordenar um massacre, a campanha de expulsão começa com a tentativa de convencer os bandaneses a abandonar pacificamente as suas casas. Para esse fim, soldados e oficiais holandeses são enviados de aldeia em aldeia, para ordenar aos habitantes que entreguem as armas, deitem abaixo as fortificações e se apresentem para deportação.

Mas o plano não lhes corre de feição; em vez de se render, grande parte dos ilhéus foge e esconde-se nas florestas.² O trabalho de os fazer sair da toca arrasta-se durante semanas e o custo da expedição sobe. O atraso agrava a frustração de Coen, que, para pressionar os ilhéus, nomeia Sonck governador de Lontor e o envia a Selamon para explicar aos anciãos que o seu tempo se esgotou; terão de obedecer prontamente às ordens ou serão tratados como inimigos.

Na noite de 21 de abril, quando a comoção dos disparos de mosquete lhe chega aos ouvidos no navio-almirante, Coen conclui prontamente que Sonck e o seu grupo foram vítimas de uma emboscada semelhante àquela a que ele próprio sobreviveu aquando da primeira vinda às ilhas Banda. Ato contínuo, envia quatro companhias de soldados a acudir Sonck em Lontor.

Quando o reforço comparece perante Sonck na manhã seguinte, a tensão dessa noite já se dissipou e reina a calma em Selamon. Porém, a chegada repentina dos mosqueteiros gera o pânico na aldeia,

e começa uma escaramuça. Alguns aldeãos fogem para as encostas e os mosqueteiros correm atrás deles. O terreno não os ajuda — os caminhos são muito inclinados e serpenteiam pela vegetação densa. Por fim, não lhes resta alternativa senão voltar para trás.

Entretanto, Coen decide falar pessoalmente aos anciãos bandanese. Um grupo é trazido ao navio-almirante e, alongando-se em palavreado bombástico, o governador-geral recorda-lhes tratados violados, a emboscada de 1609 e vários outros atos de resistência. No fim da tirada, um dos anciãos bandanese, o *Shahbandar* de Lontor, responde-lhe num holandês fluente. Chama-se Joncker Dirck Callenbacker e, muito provavelmente, é de ascendência mista.³ Callenbacker explica a *Heer Generael* que ele e os outros *orang-kaya* não podem ser responsabilizados pelas ações dos bandanese, porque não são chefes das ilhas, mas tão-só homens respeitados. Além disso, recorda ao governador-geral, também os holandeses nem sempre cumpriram a palavra dada: não pagaram o acordado pela noz-moscada e pelo macis, daí que ocasionalmente não tenha restado alternativa aos ilhéus senão vender a outros parceiros comerciais. Quanto a hostilidades passadas, sempre que houve derramamento de sangue, tal aconteceu em confrontos em que ambas as partes estavam a lutar por aquilo que entendiam ser justo.

Depois de dizer tudo isto, para terminar numa nota conciliatória, o *Shahbandar* pede sincera desculpa em nome dos anciãos e assegura que tudo farão para que as ordens sejam cumpridas. Porém, as suas palavras não satisfazem Coen, que insiste numa caução: para garantir que cumprem a palavra, terão de deixar os filhos com as forças holandesas. Os anciãos aceitam a condição e cumprem-na logo que são levados do navio-almirante: deixando Lontor numa embarcação, os seus filhos varões são levados para o *Dragon*, um navio de guerra.

No dia seguinte, Callenbacker e mais alguns anciãos vão até Selamon e reúnem um grupo numeroso de homens, mulheres e crianças, que também são enviados para o *Dragon*, para provar que os anciãos querem, de facto, evacuar a aldeia.

Ainda assim, Coen não está convencido; continua a não acreditar que os bandaneses cumprirão a palavra dada e deixarão pacificamente a ilha. Em 24 de abril, dois dias após o encontro com os anciãos, anuncia ao conselho ter apurado que o povo de Lontor resolveu que prefere a morte à rendição e diz que, perante isso, é de ponderar se devem «arrasar o que falta, expulsar os ilhéus, apanhá-los e fazer o que [lhes] apetecer com eles»⁴. O conselho aprova por unanimidade e os 21 membros assinam um documento em que é explicitado que os soldados holandeses deverão «queimar-lhes as casas e confiscar ou destruir as embarcações que lhes [restem], para que os bandaneses não [tenham] escolha senão entregar-se ou abandonar o arquipélago»⁵.

Depois, silêncio. Não há qualquer registo do que aconteceu nessa semana nem do que concretamente foi feito para que os bandaneses «não [tivessem] escolha senão acompanhar [os holandeses]», como constava da medida aprovada pelo conselho. Porém, os acontecimentos subsequentes demonstram que a resolução de Coen e dos seus conselheiros foi cumprida à risca: os soldados holandeses procederam à destruição sistemática de aldeias e povoações de uma ponta à outra do arquipélago, capturaram quantos ilhéus conseguiram e mataram os outros. Os cativos — incluindo idosos, mulheres e crianças — são enviados para Java. Entre os escravos contam-se 789 membros das famílias dos *orang-kaya*. Alguns desses bandaneses acabarão em lugares tão distantes como o Sri Lanka.⁶

Na ausência de relatos diretos, jamais saberemos o que aconteceu concretamente nas ilhas Banda nessa semana fatídica, mas a expressão constante da medida aprovada pelo conselho — «queimar-lhes as casas» — dá-nos uma pista. Sugere uma tática — incendiar as casas dos camponeses — extensamente usada durante a Guerra dos Trinta Anos, que então assolava a Holanda. A *brandschattingen* — assim lhe chamavam os holandeses — era a tática militar que os camponeses da região mais temiam.⁷

Muitos soldados que combateram nos Países Baixos durante a Guerra dos Trinta Anos — entre um quarto e quase um terço do

total – eram mercenários ingleses.⁸ Muitos foram seguidamente combater na América e levaram a *brandschattigen*, que usaram para eliminar tribos inteiras. Os ataques incendiários ganharam proeminência, por exemplo, na Guerra Pequot, que, entre 1636 e 1638, opôs os colonos ingleses da Nova Inglaterra e os pequot, uma tribo algonquiana que ocupava o atual Connecticut. O conflito foi descrito como a «primeira guerra deliberadamente genocida levada a cabo pelos ingleses na América do Norte»⁹.

Embora as ilhas Banda fiquem nos antípodas do Connecticut, no século XVII estavam estreitamente ligados: eram os extremos do império marítimo holandês. Embora os holandeses não tenham participado na Guerra Pequot, o lugar onde se deu o massacre mais sangrento – Mystic, no Connecticut – era contíguo à fronteira da Nova Holanda, a colônia holandesa localizada na ilha de Manhattan e com sede de governo em Nova Amsterdão; os holandeses negociavam regularmente com os pequot e a competição comercial foi um dos fatores que precipitaram o conflito.¹⁰

O massacre de Fort Mystic deu-se em 1637: durante a noite, quando dezenas de pequot dormiam, uma companhia de soldados ingleses e os índios seus aliados atacaram uma aldeia fortificada. O ataque foi liderado por dois soldados ingleses que tinham sido mercenários na Holanda: John Mason e John Underhill. Na verdade, este último nascera na Holanda e tinha mulher holandesa. John Mason comandou o ataque e foi quem se lembrou de incendiar a aldeia, usando um archote aceso que encontrou numa cabana.

Tanto John Mason como John Underhill escreveram relatos do ataque e as suas descrições são suficientemente vívidas para nos dar uma ideia do que poderá ter ocorrido nas ilhas Banda naquela semana funesta. Em *A Brief History of the Pequot War*, de John Mason, lemos:

O capitão [Mason] disse TEMOS DE LHES CHEGAR FOGO; entrou no *Wigwam* onde estivera havia instantes, trouxe de lá uma tocha, pegou fogo aos tapetes com que eles se tapavam e incendiou os *Wigwams*... e, quando

tudo ardia, os Índios correram como homens num pânico sem igual... E o TODO-PODEROSO fez descer sobre os seus espíritos um terror tão imenso que, para nos fugir, eles corriam para as chamas, que mataram grande número dos seus... muitos outros juntaram-se a barlavento e atacaram-nos com setas, e respondemos com pistolas; os mais destemidos avançaram, como já supúnhamos; eram *quarenta*, e trespassámo-los com as nossas espadas... Agora eles estavam desesperados, quando horas antes se tinham mostrado orgulhosos e irreduzíveis... Do alto, olhava-os DEUS, que riu dos Seus inimigos e inimigos dos Seus, a quem desprezavam, e os fez arder; assim foram derrotados os resistentes, depois de dormir pela última vez, e nenhum dos seus homens pôde alguma coisa contra nós. Assim condenou o SENHOR os ímpios, enchendo aquele lugar de corpos sem vida.¹¹

Eis como John Underhill relatou o mesmo acontecimento:

O capitão Mason entrou num *Wigwam*, trouxe de lá um archote depois de ferir muitos que ali dormiam, e lançou fogo ao lado oeste do forte, por onde entrara, e eu fiz um rasto de pólvora e ateei o lado sul, e as chamas encontraram-se a meio do forte e o fogo foi assustador, e tudo ardeu em meia hora... havia talvez quatrocentas almas no forte e não nos escaparam mais do que cinco. Para os jovens soldados que nunca tinham estado numa guerra, ver tantas almas caídas por terra, por vezes tão amontoadas que não se conseguia passar, todas no último estertor, foi um espetáculo lúgubre como nenhum outro.¹²

Estes dois massacres quase contemporâneos, um nas ilhas Banda, o outro no atual Connecticut, apresentam paralelismos quase

arrepiantes: ambos ocorreram no contexto de aceras rivalidades anglo-holandesas e tendo como pano de fundo as guerras religiosas que então assolavam a Europa; em ambos, cativos em grande número foram escravizados e levados em navios para trabalhar em plantações; e ambos foram perpetrados com o objetivo de exterminar um povo.¹³ No caso do Connecticut, a extinção dos pequot foi oficializada com o tratado que pôs fim à guerra: os sobreviventes foram proibidos de usar a designação original da sua tribo.¹⁴ Celebrando o triunfo, um historiador puritano escreveu: «Como aconteceu outrora com os amalecitas, também o nome pequot foi apagado da face da Terra; não resta um que seja ou (pelo menos) se atreva a dizer-se *pequot*.»¹⁵

Se os vencedores se julgaram no direito de extinguir formalmente uma tribo, foi porque assim os autorizavam as doutrinas europeias dos impérios, que tinham evoluído nesse sentido — e que encontraram expressão máxima nos escritos de sir Francis Bacon, filósofo, polemista e lorde chanceler. Em *An Advertisement Touching an Holy War* [«Um anúncio versando sobre uma guerra santa»], escrito aproximadamente na mesma altura em que aconteceu o massacre de Banda e publicado pouco tempo antes da Guerra Pequot, Bacon expõe, com certo grau de pormenor, as razões por que, na sua perspetiva, os cristãos europeus tinham legitimidade para exterminar certos grupos: «Assim como há indivíduos que as leis de vários países declaram criminosos e condenam ao exílio, há nações criminosas e proscritas pela lei da natureza e das nações ou por ser essa a vontade de Deus.» Tais nações renegadas, defende Bacon, não são sequer nações, mas «bandos de arruaceiros inteiramente degenerados das leis da natureza», e, nesse caso, qualquer nação «civilizada e ordeira» estaria não só a agir com legitimidade, mas também a cumprir a vontade de Deus, ao «eliminá-las da face da Terra»¹⁶. Esta doutrina foi formalizada por Emer de Vattel, um dos juristas que se dedicaram a pensar uma lei internacional em finais do século XVIII: «As nações têm legitimidade», sentenciou Vattel, «para, unidas como uma só, castigar, senão exterminar, esses povos selvagens.»¹⁷

Na prática, tal posição outorgava aos cristãos europeus o direito divino de atacar e erradicar os povos que lhes parecessem condenáveis ou aberrantes. Essa é a «ideia crucial», defendem Peter Linebaugh e Marcus Rediker, em que «genocídio e teologia se encontram. A guerra santa elogiada por Bacon era afinal uma exortação a vários tipos de genocídio, sancionado pela Bíblia e pela Antiguidade Clássica»¹⁸.

O raciocínio de Bacon poderá parecer arcaico, mas continua a ser o motor dos impérios. Basicamente, o filósofo defendia que uma nação com um governo eficiente («qualquer nação civilizada e ordeira») tem inteira legitimidade para invadir países «degenerados» ou em violação das «[leis] da natureza e das nações». Esta é, evidentemente, a doutrina do internacionalismo liberal, várias vezes invocado em décadas recentes para justificar «guerras boas» iniciadas por potências ocidentais.

O massacre ordenado por Coen foi tão eficaz que, passados sete dias, o conselho reunido no seu navio-almirante declarou que, «com a graça de Deus, todas as povoações e lugares fortificados das ilhas Banda [tinham sido] tomados, eliminados e incendiados, e que [havia] cerca de 1200 almas cativas».

Numa comunicação aos seus superiores datada de 6 de maio, Coen informava, com indisfarçada satisfação, que os seus homens tinham «destruído e incendiado» as principais aldeias de Lontor, fujindo as sobras da população para as montanhas, onde se lhes juntaram fugitivos de outros pontos do arquipélago. «Desta maneira, todas as povoações e demais lugares das ilhas Banda foram tomados (conquistados) e destruídos.»¹⁹

Porém, nas montanhas da ilha Lontor, onde milhares de bandanenses se tinham refugiado, a resistência continuou. O terreno íngreme e as condições climatéricas desfavoráveis frustraram os esforços dos holandeses para subjugar os rebeldes. Vários ataques foram reprimidos, deixando Coen — que, embora impaciente por partir, não queria abalar sem antes trazer «inteira tranquilidade» às ilhas — cada vez mais contrariado.

Entretanto, enquanto os ilhéus eram massacrados e escravizados por todo o arquipélago, o governador-geral continuava a tentar descobrir o significado da queda da candeia. Com esse objetivo, os filhos dos *orang-kaya* seus reféns foram submetidos a interrogatórios que muito provavelmente incluíram uma tortura muito do agrado dos funcionários da VOC: a chamada tortura da água, um protótipo do *waterboarding*, ou afogamento simulado. Consistia em despejar repetidamente água na cabeça do interrogado, antes envolta num pano, o que o deixava próximo da asfixia. Outro método de eleição consistia em «envolver o pescoço da vítima» num cone «que lhe cobria o nariz e a boca e onde então se despejava água; tendo de a beber para não morrer asfixiada, a vítima não conseguia respirar, e os tecidos inchavam desmesuradamente por excesso de água no corpo, o que lhe provocava um sofrimento atroz; e, por vezes, para intensificar a tortura, queimavam-se-lhe as axilas, os pés e as mãos com uma vela ou arrancavam-se-lhe as unhas»²⁰.

O propósito era desmascarar uma conspiração, e os métodos não falharam: os torturadores extraíram uma «confissão» a um sobrinho de Dirck Callenbacker, que afirmou ter estado presente numa reunião de anciãos na qual se decidiu que os holandeses seriam atacados de surpresa na noite em que a candeia caiu ao chão; o objetivo principal, concluiu o rapaz, era matar Sonck e o próprio Coen.

Parece não ter ocorrido ao oficial ou ao governador-geral que, quisessem os bandanenses perpetrar realmente um ataque, não se teriam anunciado fazendo uma candeia cair ao chão, uma vez que isso lhes tirava a vantagem da surpresa. Da mesma maneira, tudo indica que não se perguntaram como os bandanenses tinham feito um objeto cair no momento pretendido encontrando-se longe do local.

Registado o testemunho arrancado ao jovem, Jan Coen nomeou um tribunal de três juízes, sendo Sonck um deles, para decidir se a «confissão» era válida ou não. Por ordem do tribunal, várias dúzias de anciãos foram trazidos ao *Dragon*, e a um outro navio, o *Zuiderzee*, para serem interrogados. A tortura foi tão «rigorosa» que dois morreram no potro e um terceiro saltou borda fora e morreu afogado.

Segundo um oficial holandês anônimo que mais tarde escreveu um relato dos acontecimentos, nenhum ancião bandanês confessou ter havido uma conspiração; todos se afirmaram inocentes. Por seu turno, Coen viria a afirmar que eles tinham admitido estar a preparar um ataque. Em todo o caso, a verdade era irrelevante, porque o veredito fora dado de antemão.

Os anciãos ficaram detidos e seguiu-se a construção de uma vedação circular com estacas de bambu um pouco adiante da sinistra muralha de pedra de Fort Nassau, em Banda Neira. Em 8 de maio de 1621, 44 anciãos foram levados de mãos atadas para a cerca.²¹ Oito deles, os «mais culpados segundo os juízes», ficaram isolados, enquanto os restantes andavam aturdidos, às voltas, «como ovelhas».

Nesse dia, choveu muito. Debaixo de uma carga de água, os anciãos ouviram a sentença: seriam executados, por conspiração e por terem violado os tratados com os holandeses. Então, seis samurais japoneses entraram na cerca.

Os primeiros a morrer foram os oito anciãos que tinham sido considerados os cabecilhas. Foram decapitados e esquartejados. Nenhum resistiu, mas há registo de um deles, talvez Callenbacker, ter dito, em holandês: «Senhores, não tendes misericórdia?»

Mas os holandeses foram impiedosos. Os restantes 36 anciãos foram igualmente decapitados e esquartejados. Depois, as cabeças e os corpos, cortados aos quartos, foram empalados.

Seguindo a tradição local, os restos dos 44 anciãos foram mais tarde lançados a um poço não muito distante.

Jan Coen abalou dois meses após a chegada às ilhas Banda. Para trás, deixou uma força comandada por Sonck, com ordens para esmagar tentativas de resistência e assegurar a retirada dos restantes bandaneses.

Durante dois meses, as forças holandesas descobriram sucessivos focos de resistência, sobretudo nas montanhas de Lontor, onde muitos bandaneses continuavam acampados. Alguns conseguiram escapar em barcos escondidos ou em embarcações de socorro enviadas de ilhas vizinhas como Ceram ou Kei. Centenas morreram por

afogamento ao tentar fugir e milhares morreram de fome ou doença nas florestas de Lontor²².

Aproximadamente dois meses após o começo da carnificina, um foragido bandanês rendeu-se aos holandeses e informou-os de que os rebeldes já não tinham pólvora nem munições, e estavam a morrer à fome. Depois, o delator conduziu Sonck e um destacamento de várias centenas de soldados ao acampamento nas montanhas. Dispondo apenas de pedras e lanças para se defender, os rebeldes foram rapidamente derrotados, o que pôs fim à resistência. As restantes aldeias renderam-se sem mais demoras e os seus habitantes ficaram em cativeiro até serem deportados e vendidos como escravos.

Em suma, poucos meses após a queda da candeia ao chão da *bale-bale*, os bandaneses, uma comunidade honrada e empreendedora que vivia das trocas comerciais, tinham deixado de existir enquanto povo. Em menos de dez semanas, o seu mundo desaparecera.

Muitos anos depois de os bandaneses serem «eliminados da face da Terra», as rivalidades anglo-holandesas estabeleceram novo paralelismo entre o destino das ilhas Banda e a Nova Holanda. Em 1667, o Tratado de Breda transferiu «definitivamente» a ilha Run «para as mãos dos holandeses no contexto de um acordo alargado em que, por sua vez, os holandeses entregaram a colónia de Nova Amsterdão (mais tarde, Nova Iorque) aos ingleses»²³. Ainda que, nos Estados Unidos, essa permuta tenha caído no esquecimento, as poucas dúzias de habitantes que vivem debaixo de um sol inclemente na minúscula Run orgulham-se de ser os habitantes da ilha que foi trocada por Manhattan.

A entrega da ilha Run marcou o começo e o fim do interesse dos ingleses nas Molucas. Depois disso, as suas ambições territoriais na Ásia concentrar-se-iam sobretudo no subcontinente indiano.

«Como um planeta, também a noz-moscada não se deixa ver inteiramente de uma única vez. À semelhança da Lua ou de qualquer corpo esférico ou quase esférico, também a noz-moscada tem dois hemisférios. Para que um surja iluminado, o outro tem de permanecer na sombra — para que um seja visto pelo olhar humano, o outro tem de estar escondido.»

Decorria o ano de 1621. A simples queda de um objeto, uma candeia, é o pretexto para o comandante das tropas holandesas aquarteladas numa das ilhas Banda, no território das Molucas, dar início ao massacre de toda a população local. Poucos habitantes sobreviveriam, e a sua língua e cultura perder-se-iam para sempre. A eliminação do povo Banda é um dos grandes genocídios esquecidos pela História. O motivo: o controlo por parte da Venerável Companhia das Índias Orientais do rentável comércio milenar da noz-moscada, uma especiaria muito apreciada na Europa pelos seus usos culinários e medicinais, de preço exorbitante, e cuja inteira produção mundial estava circunscrita até então a esse pequeno arquipélago do Índico.

Em pleno século XXI, Amitav Ghosh, com mão de romancista, traz à luz este episódio negro, que serve de ponto de partida para relacionar o passado com o presente, o colonialismo com a atual crise climática, e explicar o mundo em que vivemos: da crise dos refugiados ao movimento Black Lives Matter, às cidades modernas ou mesmo às naturezas-mortas do período áureo da pintura holandesa.

«Não deixem de ler este livro.»

Naomi Klein

«Urgente, maravilhoso e ambicioso...

um livro de leitura obrigatória.»

Times Literary Supplement



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

[f elsinore.pt](https://www.facebook.com/elsinore.pt)

[i penguinlivros](https://www.instagram.com/penguinlivros)

ISBN 9789897870187



9 789897 870187 >